

Implicações da educação remota no ensino superior angolano em contexto de pandemia da COVID 19: Análise da experiência dos institutos superiores politécnicos de Benguela

 <https://doi.org/10.56238/sevned2024.002-031>

Valeriano Kataya

Doutorado em Ciências da Educação – Tecnologia Educativa

Instituição: Instituto Superior Politécnico Maravilha-Benguela, Angola

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-4502-5688>

E-mail: valbanok2011@hotmail.com

Narciso Sacata

Mestre em Sociologia

Mestrando pela Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil; Centro de Estudos e Pesquisa – CesP do ISP Jean Piaget de Benguela – Angola

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0971-6529>

E-mail: narcisosacata@gmail.com

RESUMO

O surgimento da pandemia da covid-19 trouxe profundas transformações em diversas esferas da sociedade, obrigando aos países, uma adaptação aos sistemas educativos como estratégias de ininterruptão do ensino. Nesta conformidade, o presente artigo tratou das implicações do modelo de ensino e aprendizagem adotado e aplicado no período da Covid-19 para a educação no Ensino Superior, tendo como base uma análise das experiências do ISPB e ISPM. Explora-se, no texto, a noção de educação remota como um sistema de ensino que permite a continuidade das aulas em contexto de crise pandémica – ao mesmo tempo, que se estabelece a diferença com o ensino em EaD. O estudo foi conduzido mediante a pesquisa bibliográfica, sob égide da abordagem quantitativa. Adoptou-se como instrumento de recolha de dados o questionário, aplicado em duas modalidades: online através do Google form e presencial. Os resultados levaram as conclusões de que os estudantes manifestaram um nível de insatisfação maior com a aplicação da educação remota durante o período da pandemia. Mais, as soluções online aplicadas durante esse período não foram significativamente produtivas. Uma boa parte dos mesmos, não participou das aulas online por falta de recursos financeiros, recursos digitais e falta de motivação. Percebe-se, ainda, que, de uma forma geral, o nível de interação e colaboração em todas as estâncias foi um pouco débil. Porém, apesar de todos os constrangimentos, o estudo revela que, parte daqueles que participaram do estudo online, ou seja, da educação remota, puderam desenvolver algumas competências colaborativas, e que as aulas online contribuíram para a melhoria da aprendizagem significativa.

Palavras-chave: Educação remota, Ensino superior, COVID-19, Angola.



1 INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid - 19, não se configurou somente num problema de saúde pública mundial, nem numa crise social que acabou por romper o quotidiano dos indivíduos, em virtude das medidas administrativas que resultaram em restrições de movimentos Sacata & Inglês (2023), como também afetou diversas esferas: políticas, económicas e educacionais. Esta última (educação), que se constitui no foco deste estudo, sofreu, com efeito, profundas transformações desde o sistema educativo até a sala de aula – na interação professor-aluno.

Deste modo, o presente artigo trata das implicações da educação remota, aplicada durante a pandemia da Covid - 19, no processo de ensino e aprendizagem no contexto de Ensino Superior, tendo como base as experiências que ocorreram no Instituto Superior Politécnico de Benguela e Instituto Superior Politécnico Maravilha.

O subsistema do ensino superior em Angola, pelo menos até 2020, não tinha adotado, de forma substancial e formal, o modelo de ensino à distância e muito menos o ensino remoto como substrato alternativo para o processo de ensino e aprendizagem. Entretanto, ao confrontar-se com o ambiente emergencial causado pela pandemia Covid-19, as instituições nesse subsistema e não só, adotaram diferentes medidas educacionais para manter o processo de ensino e aprendizagem ativo. Uma vez adotadas e aplicadas, questiona-se, se a comunidade estudantil se adaptou com satisfação a esse modelo, e sobretudo se a aplicação do mesmo, garantiu de facto a eficiência e qualidade no processo de ensino e aprendizagem. É neste sentido que o presente artigo científico perseguiu como objectivo a analisar as implicações da educação remota, aplicada durante a pandemia da Covid 19, no processo de ensino e aprendizagem.

A pesquisa foi conduzida mediante uma metodologia de abordagem quantitativa, com foco na análise de conteúdo. Para o efeito, foi utilizado o inquérito por questionário como técnica de recolha de informações dos estudantes de duas instituições do ensino superior em Benguela. O texto é apresentado em duas secções: o enquadramento teórico em que se privilegia o estado da arte em torno do fenómeno e a segunda secção, em que são apresentados, discutidos os resultados e apresentadas as considerações finais. Contudo, os resultados desta pesquisa sugerem a prevenção e tomada de medidas psicopedagogicamente seguras em situações emergenciais, sob o ponto de vista técnico, emocional ou metodológico. Essas medidas podem, eventualmente, prevenir situações pedagogicamente prejudiciais, além de garantir um acompanhamento mais eficiente e produtivo no processo de ensino e aprendizagem.

2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 PANDEMIA DE COVID-19 E SUAS CONSEQUÊNCIAS EM ANGOLA

A 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declara o covid-19 como uma pandemia. A decisão foi anunciada pelo chefe da agência, Tedros Ghebreyesus, em Genebra (ONU News, 2020).

A confirmação da pandemia de covid-19 em Angola ocorreu em 21 de março de 2020, depois de dois indivíduos angolanos que vieram de Portugal serem diagnosticados com o vírus. Todos os casos de coronavírus do país concentraram-se nessa altura na província de Luanda, embora, o governo tenha criado centros para quarentena institucional em todas as províncias do país. No dia 23 de março, alguns casos de coronavírus foram confirmados em Angola. Com base nisso, o governo anunciou uma série de medidas para conter a disseminação do vírus, incluindo a suspensão de todos os voos por um período de 15 dias, o fechamento de todas as fronteiras do país e a suspensão das aulas nas escolas e universidades de todo o país (Agência Lusa, CVT, 2020).

A medida em que a pandemia se foi alastrando ao nível do país, provocando mais casos e consequentes mortes entre as populações, novas medidas foram tomadas pelo governo angolano. É neste sentido que “como medida necessária e urgente ao controlo da propagação da pandemia causada pelo vírus COVID-19 em Angola, foi declarado estado de emergência, através do Decreto Presidencial n.º 81/20, de 25 de março, o qual foi prorrogado por um período de 15 dias, através do Decreto Presidencial n.º 97/20, de 9 de abril” (Silva & Júnior, 2020). Dentre as medidas, destacam-se: 1. A suspensão de direitos, como, por exemplo: a) inviolabilidade do domicílio; b) direito de propriedade; c) direito à livre iniciativa económica; 2. As limitações à liberdade de circulação, como, por exemplo: a) aquisição de bens e serviços essenciais; b) a prestação de serviços autorizados a funcionar; 3. Cerca sanitária na Província de Luanda, como, por exemplo: a cerca sanitária provincial na Província de Luanda, estando interditas entradas e saídas do território da Província de Luanda. 4. Estabelecimentos de ensino e centros de formação profissional, como, por exemplo: encerramento dos estabelecimentos públicos e privados de ensino, em todos os níveis do sistema nacional de educação. 5. Comércio de bens e serviços em geral, como, por exemplo: encerramento dos restaurantes e similares, exceto para serviço externo, nomeadamente takeaway e entregas ao domicílio. 6. Mercados e venda ambulante, como, por exemplo: proibição dos mercados informais de rua que impliquem a concentração de pessoas e encerramento dos bares e similares, exceto para a prestação de serviço de entrega ao domicílio.

Trata-se de um conjunto de medidas, que se de um lado foram úteis para mitigar o nível de contágio pela Covid 19, de outro lado agudizaram ainda mais, a vida que de modo geral já é difícil para as populações angolanas. Embora, essas medidas tenham sido desenfreadas com a declaração de Situação de Calamidade Pública (Diário da República, 2020), ainda assim, muitas atividades

projetadas pelos sectores públicos tornaram-se inviabilizadas. Como consequência, aumentou o nível de insegurança nas relações sociais e a situação em si, afetou o estado emocional das pessoas. As incertezas geradas com o estado vigente contribuíram para a desmotivação das pessoas em participar ativamente das atividades laborais, e motivaram certas entidades, como, por exemplo, as instituições do ensino superior privadas, a suspender o vínculo laboral com o seu pessoal. Portanto, a pandemia de Covid -19 desencadeou situações trágicas que afetaram profundamente a estabilidade da educação, enquanto sector social. Foi assim, que e o próprio processo de ensino e aprendizagem ficou, por um longo período, descontinuado, tendo-se assumido, durante uma fase, uma forma de ensino que se ousou apelidar de Educação à Distância, quando, na verdade, se tratava de uma atividade educacional remota.

2.2 A EDUCAÇÃO REMOTA RELATIVAMENTE À EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Com o objetivo de esclarecer e compreender o tema em questão, apresentamos nesta primeira seção alguns conceitos relacionados à educação remota em relação à Educação à Distância. Sendo assim, é relevante salientar a natureza de cada um e conforme aplicados no processo de ensino e aprendizagem.

Os autores apresentam conceitos distintos em relação à Educação à Distância, mas, apesar das diferenças, há características semelhantes que podem nos auxiliar a compreender o modelo como um todo.

Keegan (1991) define a Educação à Distância (EaD) como

a separação física entre professor e aluno, que a distingue do ensino presencial, comunicação de mão dupla, onde o estudante beneficia-se de um diálogo e da possibilidade de iniciativas de dupla via com possibilidade de encontros ocasionais com propósitos didáticos e de socialização.

O autor enfatiza a ideia de que, na Educação à Distância, o professor e o aluno não compartilham o mesmo espaço físico. No entanto, o processo de ensino e aprendizagem ocorre em situações de encontros ocasionais, onde há a possibilidade de comunicação entre os membros, permitindo a troca de conhecimentos e experiências didáticas.

Maia e Matar (2007, p.), por sua vez, afirmam que a EaD é “uma modalidade de educação em que professores e alunos estão separados, planejada por instituições, que utiliza diversas tecnologias de comunicação.”

Para além de que a Educação à Distância se caracteriza pela separação entre professores e alunos, ela é planejada e legislada pelas instâncias superiores. Mais, orientada pelas diversas tecnologias de informação e comunicação. É neste âmbito que se destaca a ideia de que

[...] a EaD é uma modalidade de ensino complexa, que tem uma legislação própria. Conta com diversas equipes qualificadas, desde a parte administrativa até a de produção de material didático e a mediação do docente sendo mediada pelo uso da tecnologia. Essa

modalidade tem uma forte preocupação com formação dos professores que atuarão a distância; o panejamento da produção de conteúdo educacional é realizado por meio de uma equipe multidisciplinar e o público-alvo é composto por adultos (JOYCE; MOREIRA; ROCHA, 2020, p. 23).

Melo e Oliveira (2019) reforçam a mesma ideia quando afirmam que a Educação à Distância é uma modalidade de educação fixada através do intenso uso de tecnologias de informação e comunicação, onde, professores e alunos, não dividem um mesmo espaço físico, contudo compartilham informações constantemente.

Chaves (1999) por sua vez, afirma que a EAD, no sentido fundamental da expressão, é o ensino que ocorre quando o ensinante e o aprendente estão separados (no tempo ou no espaço). No sentido que a expressão assume atualmente, enfatiza-se mais a distância no espaço e se propõe que ela seja contornada pelo uso de tecnologias de telecomunicação e de transmissão de dados, voz e imagens (incluindo dinâmicas, isto é, televisão ou vídeo).

Dada a compreensão dos conceitos da EaD e sua natureza, é possível notar que a Educação à Distância requer a tomada de medidas sustentáveis e que garantam consistência no estabelecimento da modalidade sem muitos sobressaltos. Para tanto, deve-se ter em mente o aperfeiçoamento das infraestruturas com meios tecnológicos, ou seja, ter um sistema de informação robusto, ou seja, criar plataformas, que sejam usadas para intermediar o ensino-aprendizagem. Da mesma forma, é relevante considerar o desenvolvimento profissional dos professores em Tecnologia da Informação, o que os permitirá usar as tecnologias de forma pedagógica e produtiva, sem descuidar da possibilidade de desenvolver nos alunos a capacidade de construção de conhecimentos e a utilização racional das tecnologias. Dessa forma, será possível criar uma modalidade de educação à distância que possa garantir características fundamentais, como “flexibilidade, economia, comodidade e inovação” (Gomes, 2020).

As características apresentadas em relação à EaD diferem do ensino remoto, pois este se apresenta como uma alternativa para continuar os estudos em meio à pandemia. “O termo remoto refere-se apenas à mudança do espaço físico que outrora era presencial e agora, temporariamente, é remoto (digital), termo muito utilizado na área de Tecnologia de Informação (TI) para se referir à não presencialidade” (Joy et al, 2020, p.13).

Entende-se que a nomenclatura “ensino remoto” se dá ao fato de que professores e alunos estão impedidos de frequentarem as escolas para o cumprimento das exigências de isolamento social recomendado pelo Ministério da Saúde (Tomazinho, 2020).

A ideia é que professor e alunos de uma turma tenham interações nos mesmos horários em que as aulas da disciplina ocorreriam no modelo presencial. Grosso modo, isso significa manter a rotina de sala de aula em um ambiente virtual acedido por cada um de diferentes localidades (Sae Digital, 2020).



É perceptível, que o propósito do ensino remoto, não é criar um sistema educacional, mas sim tornar as aulas semelhantes às que seriam ministradas presencialmente, utilizando recursos digitais. As linhas de ação de “educação remota” seguem os da educação presencial, cujo foco é modelo expositivo tradicional, e tem o aluno como um mero repositório de informações (Joy et al., 2020).

Sendo assim, o Ensino Remoto difere da modalidade EaD, pois a Educação a Distância tem recursos e uma equipe multiprofissional preparada para oferecer os conteúdos e atividades pedagógicas, usando diferentes mídias digitais; enquanto as práticas de Educação Remota foram adotadas de forma temporária, devido às mudanças ocorridas no cenário de crise de saúde sanitária que acometeu vários países do mundo todo (Rondini; Pedro; Duarte, 2020).

Segue o quadro para obter mais informações e perceber a diferença entre o ensino à distância e o ensino remoto.

Aula remota	Ensino à distância
Aulas ao vivo e remotas simulando o encontro presencial	Aulas gravadas
Professor da disciplina disponível diariamente	Tutor/Monitor como suporte de maneira atemporal
Conteúdo e material didático mais personalizado e ajustados pelo professor segundo a necessidade	Conteúdo e material didático mais padronizados, normalmente disponibilizados com antecedência
Cronograma mais flexível e ajustado segundo o contexto atual	Cronograma padronizado
Avaliações mais centradas nas aulas	Avaliações padronizadas
Mais atividades síncronas	Atividades síncronas e assíncronas
Carga horária concentrada nas aulas	Carga horária distribuída entre diversos recursos mediáticos
Mais centrado no professor	Mais autoinstrucional

Fonte: (Ipog, 2020)

Pode-se vislumbrar, desde já, a complexidade do modelo e os desafios que os alunos e professores enfrentaram durante esse período.

Um modelo como este, adotado em circunstâncias de emergência, sem a prévia preparação dos professores em TIC e muito menos dos alunos, seja do ponto de vista emocional ou Técnico-Pedagógico, proporcionaria, de facto, muitas implicações no contexto de ensino e aprendizagem.

2.2.1 A educação remota e suas implicações em tempos de COVID-19

Importante que os educadores compreendam que o ensino remoto requer o planeamento de unidades curriculares da educação presencial para o formato remoto (OLIVEIRA et al., 2020, p.12).

Essa situação de retomar algo que foi planeado para o ambiente de ensino presencial e transferi-lo para o ambiente remoto, sem uma preparação consistente e adequada, pode causar, em certa medida, um descalabro na execução do processo de ensino e aprendizagem.

A tomada precipitada de decisão para a implementação de um modelo provoca de facto algumas implicações de ordem psicológica, metodológica e até tecnológica.

A comunidade académica, ou seja, os docentes e estudantes, ao serem incentivados a aderir ao modelo remoto, num ambiente de incertezas e inseguranças quanto ao futuro, e sem alguma preparação psicológica que os motive a partir para suportarem outro ambiente ou modelo de ensino, naturalmente isso gera um mal-estar emocional e consequentemente baixa o estado emocional. Ora, se a motivação é entendida, segundo Huertas (2001), como um processo psicológico, ou seja, ela é proporcionada por meio dos componentes afetivos e emocionais. Era suposto esperar que antes que se tomassem decisões para aplicação do modelo, houvesse uma sensibilização aos alunos. Esse é um processo relevante porque uma pessoa motivada tem um comportamento ativo e comprometido no processo de aprendizagem, garantindo, dessa forma, uma melhor aprendizagem (Lourenço & Paiva, 2010). É importante salientar que as pessoas estabelecem metas em suas vidas, carreiras profissionais ou viagens, e são essas metas que as motivam a prosseguir com seus propósitos, pois, ressalta Huertas (2001), que a motivação é a energia psíquica do ser humano.

Da perspetiva metodológica, a adoção dessas medidas levou os professores a assumirem uma atuação um tanto empírica em termos pedagógicos. Veja-se que, para manter o processo de ensino e aprendizagem em funcionamento durante a fase de isolamento, alguns docentes adotaram métodos virtuais de ensino, tais como: o Facebook, o WhatsApp e o telefone, como instrumentos de interação. No entanto, essas ferramentas serviram como meros meios de comunicação, e não propriamente como instrumentos para o desenvolvimento das aprendizagens, como seria de se esperar de um modelo planeado. É de se esperar que isso ocorra, pois não há sucesso na aprendizagem dos alunos se o professor, enquanto gestor do processo pedagógico, não estiver equipado com os conhecimentos e estratégias adequadas ao tempo e ao contexto em que atua (Kataya, 2019) A preparação pedagógica dos professores, no âmbito da utilização das TIC, importa, pois, o momento exige.

No que se refere à tecnologia, as instituições de ensino superior ainda apresentam uma baixa utilização de recursos tecnológicos. As instituições não têm uma rede de computadores que atenda às necessidades de uma população académica que necessita de uso de recursos tecnológicos.

A inclusão digital em Angola, ainda é uma miragem, apesar da cotação que o país detém em África. Os preços de acesso à internet em Angola, não são acessíveis. Atualmente, na rede móvel, o custo de 100 megabytes (MB) é de cerca de 1,60 dólares americanos (o equivalente a cerca de 0,016 dólares por megabyte) (Carlos, 2018).

Paulo Araújo (Co-Fundador da Startup Wi-Connect), citado por Massala (2019) salienta que, “o acesso à Internet em Angola, tal como no resto de África, é muito baixo, pois apenas 27% da população africana tem acesso a essa ferramenta de comunicação e Angola não é uma exceção. Embora o país tenha várias operadoras de telecomunicações que forneçam serviços de Internet, um estudo feito recentemente indica que o custo médio de 1 GB de Internet em Angola é de 7,95 USD”.

Como é perceptível, as condições tecnológicas no país são tão incipientes que não permitem, significativamente, a implantação de um ensino remoto de alto nível de produtividade e, muito menos, uma Educação à Distância efetiva. Não é possível que se crie, ao nível das instituições de ensino superior, um modelo, seja ele remoto ou à distância, em que não se verifiquem todos os requisitos técnicos-pedagógicos requeridos. A decisão de implantar um modelo remoto ou à distância deve ser fundamentada na preparação psicológica da comunidade académica, na preparação técnico-pedagógica dos professores e na adequação das infraestruturas com meios técnicos adequados ao contexto. Ainda, é importante considerar a diminuição dos custos da internet para permitir o acesso de todos os estudantes, ou, pelo menos, a adoção de medidas que ajudem nesse objetivo.

2.3 O ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA DURANTE A COVID-19

A evolução da pandemia Covid-19 provocou mudanças profundas no sistema de Educação Superior e não só. O Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI) é obrigado a publicar o Decreto Executivo nº 02/20, de 19 de março, que suspende todas as aulas em todas as instituições de ensino superior públicas e privadas a partir de 24 de março, por um período de quinze (15) dias, podendo ser estendido por igual período se não houvesse uma decisão contrária. Diante dessa situação, diversas instituições de ensino superior em Angola, como o Instituto Superior Politécnico de Benguela, o Instituto Superior Politécnico Maravilha de Benguela e outras, se adaptaram rapidamente ao novo contexto para assegurar a continuidade do processo de ensino e aprendizagem. Para isso, nada mais se fez senão avançar com medidas emergenciais para garantir a continuidade do processo de ensino e aprendizagem. As instituições do ensino superior públicas e privadas, rapidamente adaptaram o ensino presencial, enviando para os alunos atividades educacionais remotas.

As atividades letivas foram retomadas, mas no formato remoto, tudo isso sem considerar a planificação do processo, na qual se enquadrariam as estratégias pedagógicas, o aperfeiçoamento técnico das instituições e da comunidade académica, bem como o estado motivacional dos envolvidos, ou seja, docentes e estudantes, como já foi mencionado na secção anterior.

Os fatores enunciados e as dificuldades de pagar os custos elevados para o acesso aos serviços e equipamentos exigidos para essas tecnologias, provocam o aumento da infoexclusão das famílias pobres e vulneráveis (Barros, 2020; Rocha, et al., 2020).

Pode-se verificar que durante o período da pandemia, as atividades correntes de aula sujeitaram-se às tantas dificuldades que a situação da pandemia impunha e com todas as consequências psicopedagógicas que pesavam sobre os estudantes.

3 ENQUADRAMENTO EMPÍRICO

3.1 METODOLOGIA

Para demonstrar e propiciar informações verdadeiras no presente estudo, realizou-se uma pesquisa atendo-se ao método Bibliográfico, baseada em artigos científicos e em decretos presidenciais. O mesmo estudo assenta numa abordagem quantitativa pelo facto de ter-se presente um estudo que busca informações sobre o modelo adotado, a partir dos estudantes de duas instituições do ensino superior, para “traduzir em números, opiniões e informações para classificá-las e analisá-las” (Prodanov & Freitas, 2013).

Em um universo de alunos pertencentes às duas instituições, o ISPB e o ISPM, trabalhou-se com uma amostra de 73 estudantes, dos quais se obtiveram resultados bastante relevantes.

Utilizou-se como instrumento de recolha de dados, o questionário, através do formulário fornecido pela *Google*. O questionário é, segundo Sampieri, Collado & Lúcio (2012), um conjunto de perguntas a respeito de uma ou mais variáveis que serão mensuradas.

Quanto ao procedimento de levantamento de dados a partir da amostra, o inquérito foi enviado aos estudantes, a princípio por via do “WhatsApp e Facebook”, e como por essa via registou-se muito atraso, outra parte do inquérito foi aplicada presencialmente na sala de aula, tão logo se retomaram as atividades letivas.

3.1.1 Sujeitos da pesquisa

O Instituto Superior Politécnico de Benguela teve, nesse ano letivo 2020, 931 alunos matriculados no curso de Ciências da Educação. Já o Instituto Superior Politécnico Maravilha teve 187 alunos matriculados no curso de Engenharia informática.

Participaram deste estudo 38 estudantes do ISPB e 35 do ISPM, totalizando 73 alunos. A seleção da amostra foi feita de forma aleatória, tendo como critério o fato de ser estudante de um dos



dois institutos. A escolha das instituições se deu pelo fato de, enquanto professor, ter facilidade para estabelecer contatos com os estudantes através dos grupos criados nas redes sociais, como o Facebook e o WhatsApp.

3.2 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A presente seção apresenta e discute os resultados alcançados durante o estudo para demonstrar as consequências da educação remota no contexto do ensino superior durante a pandemia da Covid - 19. Para facilitar a discussão e a análise dos resultados, as informações são organizadas por categorias que se representam basicamente nas seguintes dimensões: a) características dos estudantes, b) grau de satisfação com a educação remota, c) recursos e condições necessárias para continuar a estudar e trabalhar remotamente, d) participação das aulas *online*, e) meios utilizados para as aulas *online*, e) recursos mais utilizados, f) tipo de acesso à internet, g) atividades orientadas pelo professor, h) grau de satisfação com as soluções *online*, i) grau de satisfação em termos de interação e colaboração, j) opinião sobre as aulas *online* adotadas durante o período emergencial, l) solução para facilitar o processo de ensino e aprendizagem na fase da Covid 19.

3.2.1 A: Características dos estudantes

Como já foi mencionado, foi utilizado como instrumento de recolha de dados o questionário, aplicado a 73 estudantes, sendo que 35 deles são do ISPM e 38 são do ISPB. São 4 alunos do primeiro ano, 8 do segundo ano, 37 do terceiro, 19 do quarto ano e 5 do quinto ano, pertencentes aos dois institutos.

Em termos de género, 38 são mulheres e 34 são homens, sendo que a diferença de 1 é de aqueles que preferiram não dizer nada.

Em relação às características dos estudantes, o estudo indica que, dos aproximadamente 73 estudantes inquiridos, 76,4% residem em Benguela e 23,6% habitam fora de Benguela. Ou seja, a maioria dos estudantes inquiridos reside justamente perto da escola onde estudam e outros poucos residem em locais um pouco mais distantes. Dos estudantes questionados, 54,9% são trabalhadores-estudantes, 35,2% estão desempregados e outros 9,9% preferem não dizer. Em relação aos rendimentos, 42,5% possuem renda própria, 49,3% não possuem renda própria e 8,2% preferem não informar.

3.2.2 B: Satisfação com a educação remota

Tabela 1: educação remota

Grau de satisfação	%
Muito insatisfeito	17.8
Insatisfeito	32.9
Pouco satisfeito	17.8
Satisfeito	13.7
Muito satisfeito	17.8

Fonte: Questionários Aplicados aos Estudantes do ISPB e ISPM (QAE-ISPB e ISPM)

A respeito da satisfação com o modelo de educação remota, aproximadamente 68,5% se mostraram insatisfeitos com essa modalidade de ensino, enquanto 31,5 se mostraram satisfeitos com ele.

3.2.3 C: recursos e condições

Tabela 2: Recursos e condições

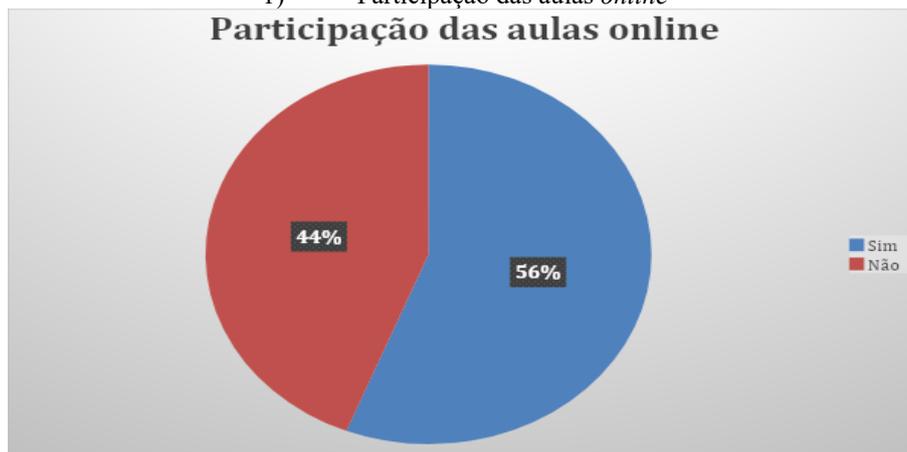
Estudo e trabalho remoto	%
Acesso à internet	21,7
Computador próprio	13
Computador partilhado	18,8
Espaço calmo e privado	15,9
Recursos <i>online</i>	7,4
<i>Smartphone</i>	23.2

Fonte: QAE-ISPB e ISPM

Conforme a tabela 2, estudo revelou que 21,7% tinham acesso à internet, 13% tinham um computador próprio, 18,8% usavam um computador compartilhado, 15,9% assistiam às aulas remotas num ambiente tranquilo e privado, 7,4% tinham acesso à internet e 23,2% usavam o smartphone nas aulas.

Os resultados revelaram que os estudantes demonstraram uma maior insatisfação com a aplicação da educação remota no período da pandemia. Ao olhar nos dados da tabela dois, pode-se aferir que a insatisfação dos estudantes se deve ao fato de que as condições e recursos financeiros disponíveis durante esse período não atendem às suas necessidades educacionais. Ora, se a educação remota requer um sinal eficiente da internet, recursos digitais próprios e um ambiente adequado e tranquilo para a realização do estudo; e os resultados evidenciam a disparidade de meios e condições de estudo, é de expectável a insatisfação dos alunos com o modelo remoto e em condições em que ele foi adotado e aplicado.

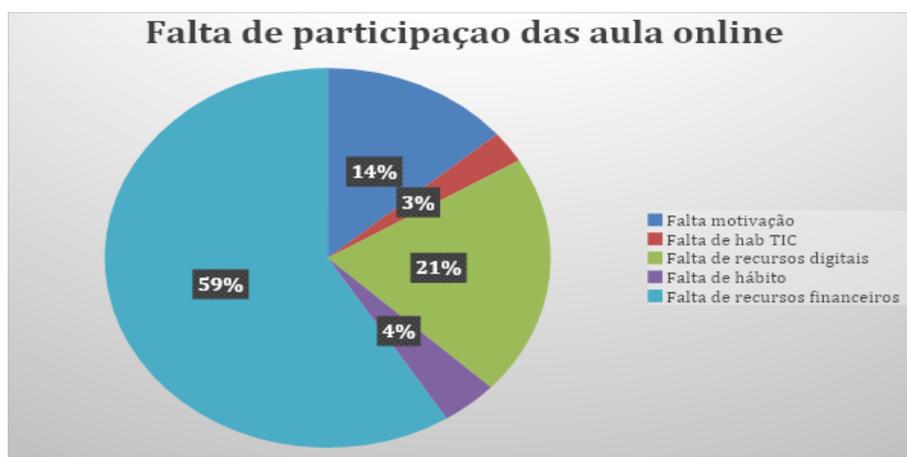
1) Participação das aulas *online*



Fonte: QAE-ISPB e ISPM

Relativamente à participação dos estudantes nas aulas em *online*, os resultados do nosso estudo demonstrou que 56% responderam que sim, ao passo que, 44% responderam que não participaram nas aulas *online*.

No gráfico a seguir, são apontados as possíveis razões que levaram os estudantes a faltarem nas aulas em sistema remoto que foram adoptados no período da Covid-19, pelas instituições do ensino superior em Benguela.

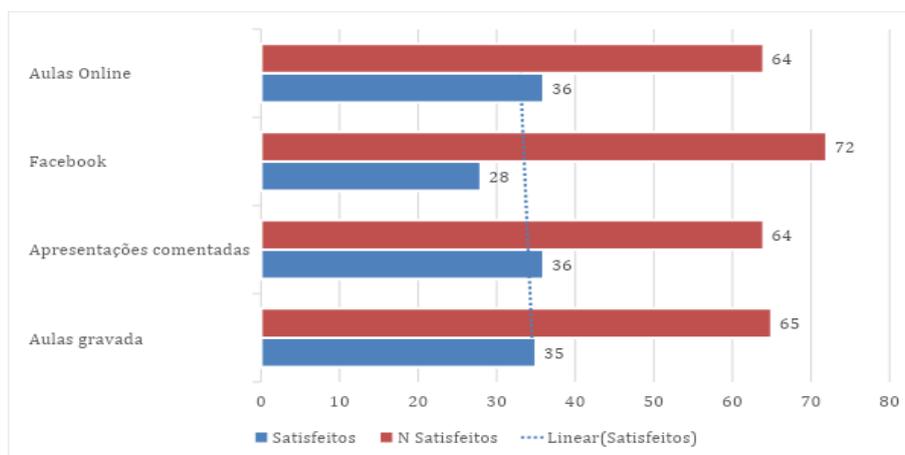


Fonte: QAE-ISPB e ISPM

Neste domínio relativo a falta de participação nas aulas, o gráfico mostrou que 13,7% foi por falta de motivação, 2,7% por falta de habilidades em TIC, 20,5% por falta de recursos digitais, 4,1% por falta de hábito e 58,9 % por falta de recursos financeiros para acessar a internet.

Se considerarmos as razões pelas quais os alunos não tiveram acesso às aulas *online*, pode-se perceber que não puderam participar das mesmas por falta de recursos financeiros, recursos digitais e falta de motivação, dito de outro modo, as principais limitações da educação remota, no contexto do ensino superior angolano, está ligada com as condições financeira que afecta a motivação. Pelo que,

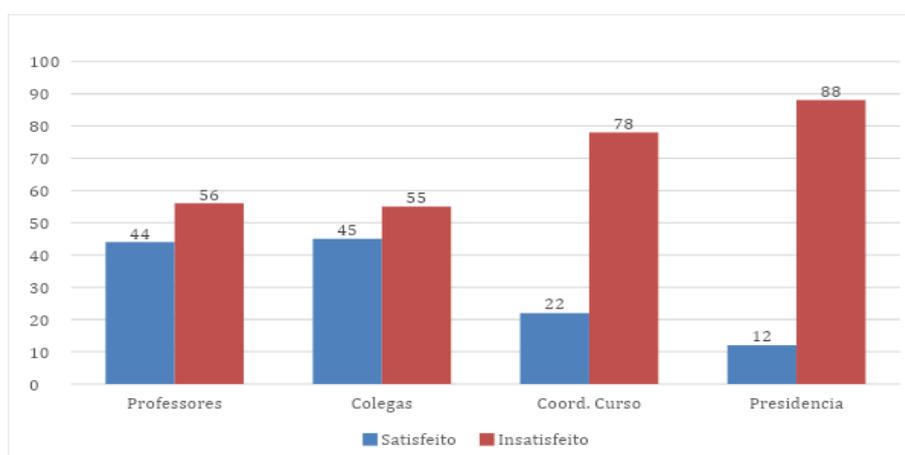
os resultados deste gráfico configuram-se como é indicador fundamental para a definição de estratégias na adoção de um modelo específico, seja ele localizado ou a distância.



Fonte: QAE-ISP B e ISPM

No que diz respeito ao nível de satisfação das soluções *online*, o estudo indica que 64% dos participantes se mostraram bastante insatisfeitos com as aulas *online*, ao passo que 36% se mostraram satisfeitos. Para as aulas gravadas, 65% mostraram-se insatisfeitos, contra 35% que se mostraram satisfeitos. Para as apresentações comentadas, 64% mostraram-se praticamente insatisfeitos, contra 36% que se mostraram satisfeitos. Os 72% mostraram-se insatisfeitos com o uso do Facebook, enquanto 28% se mostraram satisfeitos.

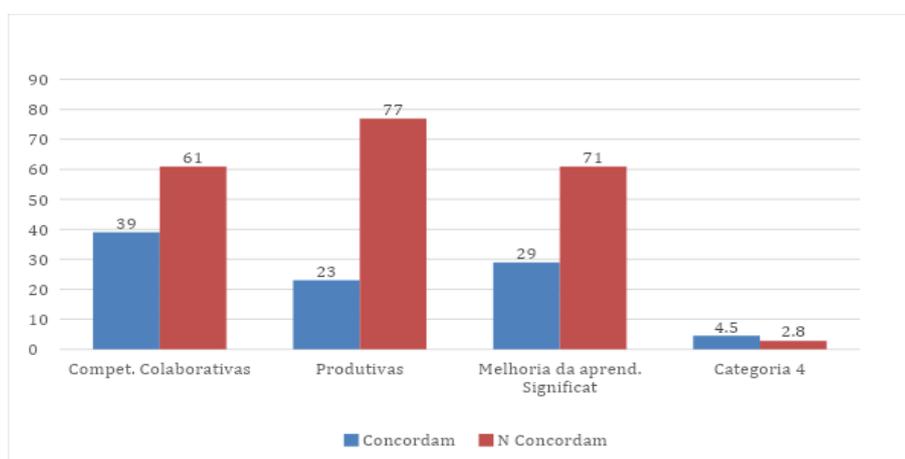
Os resultados mostraram que os estudantes estão mais insatisfeitos com as soluções *online* do que satisfeitos. Como era de se esperar, tanto as incertezas em relação à sequência do ano letivo 2020, quanto a falta de condições de trabalho e de ensino e aprendizagem, contribuíram para a insatisfação dos estudantes em relação às soluções *online* oferecidas.



Fonte: QAE-ISP B e ISPM

No que ao grau de satisfação sobre a interação e colaboração diz respeito, o estudo indica que, em relação à interação e colaboração com os professores, 56% se mostraram insatisfeitos e 44% se mostraram satisfeitos. Em relação aos colegas, 55% se mostraram apreensivos e 45% se mostraram satisfeitos. Em relação à coordenação do curso, 78% se mostraram insatisfeitos e 22% se mostraram satisfeitos. Em relação à direção da escola, 88% mostraram-se insatisfeitos e 12% demonstraram-se satisfeitos.

Neste aspecto, é evidente que, em geral, o nível de colaboração e interação foi um tanto quanto limitado em todas as situações. Trata-se de um indicador útil para melhorar as estratégias comunicativas entre os interessados no processo de ensino e aprendizagem, como os alunos, professores e o corpo diretivo das instituições, sempre e sobretudo quando o processo ocorre num ambiente de emergência onde se pense aplicar um modelo de ensino remoto.



Fonte: QAE-ISPB e ISPM

Decidiu-se em medir ao impacto das aulas *online*, adotadas durante o período emergencial, na aprendizagem dos estudantes, onde foi possível aferir que 39% concordam que as aulas contribuíram para o desenvolvimento de competências colaborativas e 61% não concorda; na mesma senda, foi possível notar que, 23% dos estudantes concorda que as aulas *online* nesse período foram produtivas, enquanto 77% não concorda. Enquanto 29% concordam que as aulas *online* melhoraram significativamente a aprendizagem, 71% discordam.

De qualquer modo, o estudo revela que, independentemente do modelo remoto utilizado, alguns dos participantes do estudo *online* desenvolveram competências colaborativas e as aulas *online* contribuíram para a melhoria significativa da aprendizagem.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto procurou responder uma questão levantada no início da pesquisa, relativa às implicações do modelo de ensino e aprendizagem adotado e aplicado no período da Covid-19 para a educação no Ensino Superior, tendo como fundamento as experiências do ISPB e ISPM.

A pesquisa concluiu que, o surgimento emergencial causada pelo Covid -19 obrigou as Instituições do Ensino Superior a adotar um modelo de ensino e aprendizagem que se ousou, em algumas circunstâncias, apelidar de Educação à Distância. Porém, na verdade, tratava-se de uma actividade educacional remota.

O facto de retomar algo planificado para um ambiente de ensino presencial e transferi-lo para um ambiente virtual, ou seja, de educação presencial à educação remota, podia proporcionar um desconforto de ordem psicológico, metodológico e até mesmo tecnológico. Esta visão é proporcional aos resultados que o estudo nos traz, ao perceber-se, que o nível de insatisfação relativa à aplicação da educação remota durante o período da pandemia é muito maior. Na mesma senda, inclui-se a insatisfação com o nível de interação e colaboração com todos os atores do processo de ensino e aprendizagem durante aquele período. No entanto, importa ressaltar que apesar dessas debilidades do modelo, ainda assim, parte daqueles que participaram do estudo revela que as aulas *online*, ou seja, o modelo remoto, os ajudou a desenvolver competências colaborativas, e que as aulas *online* contribuíram para melhorar a aprendizagem significativa.

Portanto, deve-se ressaltar a ideia de que o sentido de responsabilidade pedagógica a tomar na implementação de uma educação presencial ou remota deve redobrar-se ao adotar o modelo de educação à distância. Pois, nesse ambiente, é importante considerar todos os fatores que concorrem para o desenvolvimento do processo educativo, ou seja, o fator psicológico, metodológico e tecnológico. Importa melhorar também o nível de interação e colaboração entre os concorrentes do processo. Daí a necessidade permanente de replanificar todo o processo de ensino e aprendizagem ao nível do ensino superior, tendo em conta as situações inesperadas que podem ocorrer no mundo e que acidentalmente provoquem mudanças de propósitos e posições, do ponto de vista do sistema educativo.

A pesquisa aponta para que se desenvolvam estudos – que correlacionem as condições socioeconómicas e a implicação do sistema remoto no ensino superior angolano, a partir do qual se possa direccionar as políticas educacionais neste subsistema de ensino.



REFERÊNCIAS

Agência Lusa, CVT. (21 de março de 2020). *Angola*. Retrieved 14 de Agosto de 2020, from DW Made for Minds: <https://www.dw.com/pt-002/covid-19-angola-confirma-primeiros-dois-casos/a-52869696>

Angop: Agência Angola Press. (27 de Junho de 2019). *Ciência e Tecnologia*. Angop: Agência Angola Press: http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/ciencia-e-tecnologia/2019/5/26/Angola-necessita-aumentar-taxa-conectividade-internet,46ed6ec2-e1e4-4fba-9463-ef3bcd277283.html.

Barros, L. M. (2020). Editorial inovação no Ensino Superior como estratégia de enfrentamento da COVID-19, 3 –5.

Carlos, J. (25 de Outubro de 2018). *NOTÍCIAS/ANGOLA*. WD Made for Minds: <https://www.dw.com/pt-002/angola-procura-f%C3%B3rmula-ideal-para-baixar-custos-de-internet/a-46045617>

Diário da República. (25 de Maio de 2020). *Decreto Presidencial n.º 142/20; DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE CALAMIDADE*, p. 3081. Retrieved 18 de Agosto de 2020, from <https://www.tralac.org/documents/resources/covid-19/countries/3679-angola-statement-on-covid-19-pandemic-25-may-2020/file.html>

Gomes, D. (23 de 12 de 2020). *O que é a EaD*. Retrieved 1 de Janeiro de 2021, from Samba Tech: <https://sambatech.com/blog/insights/o-que-e-ead/>

IPOG. (25 de Abril de 2020). *Educação: aula remota*. Ipog: <https://blog.ipog.edu.br/educacao/aula-remota/>

Joy, C., Moreira, M. M., & Rocha, S. D. (24 de Maio de 2020). Research Gate. *Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de COVID-19*. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i7.4299>

Kataya, V. (2019). *Desenvolvimento Profissional Docente em TIC: Um projecto para uma Instituição do Ensino superior em Angola*. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Lourenço, A. A., & Paiva, M. O. (Agosto de 2010). A motivação escolar e o processo de aprendizagem. *Ciência e Cognição*, 15(2), pp. 132-141.

Luamba, M. (02 de Julho de 2020). *NOTÍCIAS / ANGOLA*. DW Made for Minds: <https://www.dw.com/pt-002/angola-universidades-privadas-%C3%A0-beira-do-colapso/a-54032325>

Massala, G. (02 de Julho de 2019). *Angola, Internet*. Retrieved 13 de Outubro de 2021, from Mais Angola, Mais Tecnologia: <https://www.menosfios.com/angola-deve-aumentar-urgentemente-a-taxa-de-conectividade-a-internet/>

Melo, M. S., & Oliveira, E. A. (23 de Abril de 2019). Educação a Distância: Desafios da modalidade para uma Educação 4.0. *Revista Interdisciplinar de Tecnologias e Educação*, 5(1). Retrieved 25 de Maio de 2020, from <http://rinte.ifsp.edu.br/index.php/RInTE/article/view/473>

ONU News. (17 de Março de 2020). *story*. Retrieved 02 de Agosto de 2020, from news.un.org: <https://news.un.org/pt/story/2020/03/1706881>

Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e técnicas de Pesquisa e do trabalho académico*. Novo Hamburgo- Rio Grande do Sul- Brasil: Feevale.



Sae Digital. (Abril de 2020). *Aulas Remotas*. SAE.Digital: <https://sae.digital/aulas-remotas/>

Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. d. (2012). *Metodologia de Pesquisa*. S. Paulo: Penso Editora.

Sacata, N. R. C., & Inglês, P. J. Q. (2023). A rejeição do isolamento social no contexto da pandemia em Angola: análise sociológica sobre a interrupção do quotidiano dos kupapatas em Angola. *Revista Caribeña de Ciencias Sociales*, 12(1), 409-429. from: <https://ojs.southfloridapublishing.com/ojs/index.php/rccs/article/view/2649>

Silva, V., & Júnior, C. (24 de Abril de 2020). Novo Decreto Presidencial sobre o Estado de Emergência. *Jornal de Angola*. Retrieved 20 de Agosto de 2020, from <http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/novo-decreto-presidencial-sobre-o-estado-de-emergencia>